



Presidentes de TJs pedem respeito aos atuais projetos de justiça eletrônica



O 98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado no final de março em Palmas-TO, discutiu pontos institucionais de relevância para a magistratura estadual, integrada por 13 mil juízes e desembargadores e responsável por 70% dos processos em tramitação na Justiça brasileira. Entre as principais deliberações, estão: reconhecimento da magistratura como carreira de Estado e respeito aos sistemas já estruturados nos tribunais, que investiram consideráveis recursos no processo de implementação do processo eletrônico capitaneado pelo CNJ, com sugestão para que sejam compatibilizados com o Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI. “Posso garantir que este encontro foi um divisor de águas, que marca o surgimento de novas posturas do Colégio”, interpretou o presidente do TJSC, desembargador Nelson Schaefer Martins, em relação ao encontro de Palmas.

Ao lado, em versão integral, a Carta de Palmas:

Carta de Palmas

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, reunido na cidade de Palmas-TO, durante seu 98º Encontro, no período de 27 a 29 de março de 2014, torna públicas as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

- 1 - Proclamar que o apoio de todos os Tribunais à aprovação do adicional de valorização do tempo de magistratura, objeto do Projeto de Emenda Constitucional nº 63, é requisito fundamental para a afirmação da Magistratura como carreira de Estado;
- 2 - Tornar público que na apuração das receitas correntes líquidas dos Estados, sobre as quais incidem os percentuais orçamentários devidos aos Tribunais, devem ser incluídos todos os valores decorrentes de renúncias fiscais;
- 3 - Enfatizar que na implementação do processo eletrônico devem ser respeitados os sistemas já estruturados nos Tribunais, que neles investiram consideráveis recursos, sugerindo-se que sejam compatibilizados ao Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI;
- 4 - Ressaltar que as Escolas Judiciais devem incluir nos seus currículos conceitos de gestão de pessoas por competência, buscando produtividade e o desenvolvimento do servidor;
- 5 - Conclamar a importância da união da Magistratura como fator fundamental para a recuperação das prerrogativas institucionais.

Palmas, 29 de março de 2014.



Visão de Juiz : Samuel Andreis*

“Com o objetivo de aproximar a imprensa regional e o Judiciário de Cunha Porã, implementei por aqui uma sistemática de comunicação. Obtive com a Assessoria de Imprensa da Prefeitura os contatos de órgãos da imprensa com abrangência em Cunha Porã. Para eles, enviei e-mail informando o objetivo de aproximar a imprensa do Judiciário local. Deixei meus contatos à disposição e indiquei meu assessor também para auxiliá-los em caso de dúvida. Ele virou um “assessor de imprensa” informal. Desde então, notícias de interesse da população, desde julgamentos até reuniões de trabalho e/ou solenidades, são encaminhadas para esses contatos, normalmente via meu assessor. Em algumas oportunidades, obtive apoio das Assessorias de Imprensa da AMC e do TJ para a adoção da linguagem jornalística em nossos textos. A experiência tem se mostrado bastante positiva. Com frequência, a atuação do Judiciário local é veiculada na imprensa. Jornalistas locais já me procuraram para reportagens atinentes à atuação da Justiça.

Na minha visão, este contato regionalizado viabiliza a divulgação de notícias do Judiciário para a população diretamente interessada.



A maioria das notícias da Justiça de Cunha Porã não interessa para os grandes jornais com divulgação em todo o Estado. Muitas vezes, interessa apenas aos municípios.

Os jornais estaduais são pouco lidos por aqui. Já os periódicos locais, assim como as rádios regionais, têm grande penetração. A divulgação de notícias por esses meios - pulverizada em pequenos jornais e rádios regionais - pode complementar o trabalho atualmente feito em âmbito estadual e junto aos grandes veículos de imprensa.”

**Juiz titular e diretor do Foro da Comarca de Cunha Porã*



Em visita protocolar, comitiva chinesa apoia intercâmbio com TJ e AJ



Tribunal promove audiência com integrantes da lista sêxtupla do MP

TJSC vai prestar cooperação técnica ao Tribunal de Justiça do Tocantins

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Nelson Schaefer Martins, e a presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargadora Ângela Prudente, durante a programação do 98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado em Palmas (TO), firmaram um termo de cooperação

técnica entre as duas Cortes estaduais. O termo possibilitará ao Tribunal do Tocantins o recebimento e direitos de uso, sem ônus, dos Sistemas de Precatórios/Cálculos, de Lista Unificada e de Contas Especiais, desenvolvidos e de propriedade do TJSC. A parceria prevê a transferência de tecnologia necessária para a implantação, assim como treinamento de técnicos do TJTO em Santa Catarina, além de assistência técnica. O termo de cooperação técnica tem vigência de 60 meses.



Perfil

A técnica judiciária auxiliar Maria de Lourdes Arruda Verti faz parte do rol de funcionários que dedicam a vida ao Poder Judiciário. Há 28 anos no cargo, já passou por todos os setores do Fórum da Comarca de Trombudo Central. No início, a adaptação foi bastante difícil, pois a comarca não dispunha de muita infraestrutura. Com o apoio do então juiz, o atual vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antônio Torres Marques, Maria de Lourdes teve liberdade para procurar melhor lugar para residir em Rio do Sul, onde está até hoje. No final de 2012, durante a instalação de uma nova

vara na comarca, Maria de Lourdes, que na época era secretária do Fórum, trabalhou durante todo o recesso. Ela desmontou, arrastou e limpou móveis, durante 12 horas



Maria de Lourdes Arruda Verti

por dia, apenas com a ajuda da copeira e da chefe de serviços gerais. Todo esse esforço para que, no final de janeiro, o novo cartório estivesse adequadamente instalado. Durante 17 anos, a servidora trabalhou na Secretaria do Fórum, local com que, mais do que qualquer outro, se identificou. “Ali eu tive a oportunidade de lidar mais com pessoas do que com processos”, explica. Formada em Gestão de Recursos Humanos, casada e com dois filhos, Maria está prestes a se aposentar. E vai fazer o que, muitas vezes, deixou em segundo plano: cuidar da própria vida.